



PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA: BUSCA PELA QUALIDADE NO APRENDIZADO DA LEITURA E ESCRITA

Lara Ronise de Negreiros Pinto Scipião

Universidade Federal de Fortaleza

Universidade Estadual Vale do Acaraú

lararonise@yahoo.com.br

Edivone Meire Oliveira

Universidade Federal do Ceará

Edivonemeire@yahoo.com.br

Cláudio de Albuquerque Marques

Universidade Federal do Ceará

marquesclaudio@yahoo.com

Introdução

Apesar dos altos índices de escolarização, uma considerável parcela dos alunos da escola pública brasileira se encontra no *estágio crítico* e *muito crítico* no que se refere ao seu desempenho em Língua Portuguesa, notadamente à alfabetização, condição imperiosa às demais disciplinas escolares e ainda à vida em sociedades letradas (BRASIL, 2000, 2002, 2003, 2007).

Historicamente, tem-se reduzido o problema do analfabetismo escolar aos métodos de alfabetização. Embora a procura pelo melhor método ainda seja insistente, na visão de Soares (2005a), essa discussão é considerada um retrocesso, haja vista o conceito reducionista que se tem de método, considerado como seleção de um único caminho e material didático, regido com intenso controle, desconsiderando-se o processo de aquisição da língua e os conhecimentos prévios dos alunos.

Segundo Soares (2005a), existem vários determinantes que contribuem para a persistência dessa situa-



ção: i) falta de integração da alfabetização com as diferentes áreas afins - Psicologia, Linguística e Pedagogia; ii) peculiaridades dos alunos relativas à saúde física e mental, experiências linguísticas, ambiente familiar e vivências socioculturais; iii) deficiência na formação básica e continuada do professor, no que diz respeito à sua capacidade de adequar o método de ensino e o material didático às experiências dos estudantes e iv) dificuldades de ordem fonográfica,¹ condição basilar para a aquisição da língua escrita.

De acordo com os resultados das avaliações externas à escola, nacionais e estaduais, o grande desafio da educação brasileira consiste em propiciar aos seus alunos situações significativas de aprendizagem que lhes viabilizem a apropriação da leitura e escrita. Diante dessa situação inquietante, em especial nas escolas pública do Ceará, onde essa realidade é bastante expressiva, estratégias avaliativas e interventivas se tornam necessárias e urgentes – visto ser a escola *locus* institucionalizado de ensino e aprendizagem da língua escrita.

Nesse sentido, foi criado, no dia 25 de março de 2004, o Comitê Cearense pela Eliminação do Analfabetismo Escolar, que sendo uma “[...] instância de caráter plural, democrática e representativa, é um pacto societário para a superação do ‘analfabetismo escolar’ firmado entre várias forças da sociedade cearense e formalizado no plenário da Assembléia Legislativa (CEARÁ, 2006, p. 23).

Dando continuidade às ações desenvolvidas pelo Comitê, em 2005, foi instituído o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), operacionalizado pela Associação dos Municípios e Prefeitos do Estado do Ceará (APRECE/

¹ Segundo Soares (2005a), são as relações entre o sistema fonológico e o sistema ortográfico da Língua Portuguesa.



CE) e apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Ceará (UNDIME/CE). Posteriormente em 2007, o PAIC passou a fazer parte da política de educação do Governo do Estado do Ceará, representando, para a sociedade cearense, um significativo avanço, mas, na mesma proporção, um grande desafio de elevar a qualidade das escolas nos anos iniciais, no que se refere à leitura e escrita, visto que “[...] o PAIC propõe ações com o objetivo de oferecer assessoria técnica aos municípios para modificar os seus baixos indicadores de aprendizagem de leitura nos quatro anos da gestão do governador Cid Gomes (2007 a 2010)” (CEARÁ, 2008, p. 12).

A proposta de alfabetização do programa considera as concepções epistemológicas e pedagógicas do Programa de Formação de Professores Alfabetizadores (PROFA) e Programa de Formação Continuada de Professores das Séries Iniciais do Ensino Fundamental (PRÓ-LETRAMENTO), bem como os estudos e publicações das seguintes instituições: Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita da Faculdade de Educação da Universidade de Minas Gerais (CEALE); Centro de Estudos em Educação e Linguagem do Centro de Educação da Universidade Federal de Pernambuco (CEEL) e Grupo de Estudos sobre Educação, Metodologia de Pesquisa e Ação do Rio Grande do Sul (GEEMPA).

Neste trabalho, portanto, apresenta-se um breve histórico da trajetória do PAIC, especificando seus objetivos e sua concepção de alfabetização.

Retrospectiva Histórica e Objetivos do PAIC

Com o intuito de realizar um histórico da realidade dos alunos no Ceará, convém citar os dados do Sistema



de Avaliação da Educação Básica (SAEB) da atual década, tendo em vista que o Comitê Cearense pela Eliminação do Analfabetismo Escolar foi formalizado em 2004 (CEARÁ, 2006).

Os resultados do SAEB (2001) apresentaram uma situação intensamente preocupante: um número expressivo de alunos concluindo o 4º ano do Ensino Fundamental com baixíssimo desempenho em Língua Portuguesa. Segundo esse documento:

[...] as crianças não são capazes de localizar informações explícitas em textos narrativos curtos, tais como histórias infantis. Também não identificam informações explícitas em outros gêneros textuais, como comunicados da escola aos pais, pequenos textos descritivos e narrativos. (CEARÁ, 2006, p. 24).

De posse dos resultados do SAEB, foi possível observar que a sociedade cearense se encontrava diante de uma realidade inquietante em relação à alfabetização de suas crianças: aproximadamente 60% dos estudantes da 4ª série do Ensino Fundamental apresentavam deficiências profundas em leitura, encontrando-se nos estágios “crítico” e “muito crítico”.²

² “A análise dos dados dos estudantes de quarta série do Ensino Fundamental, em Língua Portuguesa, classificou 22% dos alunos com desempenho muito crítico [...] essas categorias reúnem os alunos que chegaram à 4ª série do E. Fundamental sem conseguir desenvolver competências e habilidades necessárias para obter resultados minimamente razoáveis nas provas [...] isso significa dizer que tais estudantes não desenvolveram habilidades de leitura. Não foram alfabetizados adequadamente [...] O desempenho *adequado*, considerado o esperado para a série correspondente, segundo os Parâmetros Curriculares



A avaliação do SAEB de 2003 também evidenciou dados alarmantes relacionados à aprendizagem da língua escrita, atingindo um patamar de 71,6% de alunos que não conseguiram desenvolver as habilidades elementares esperadas para o 4º ano.

O SAEB de 2004 apontou que, a cada 10 crianças que terminavam o 4º ano no Ceará, mais de sete apresentavam muita dificuldade de leitura, quando todas deveriam, em tese, ter alcançado essa habilidade. De acordo com seus dados, ficou evidente que o Ceará era um dos estados brasileiros em que a maioria das crianças do Ensino Fundamental estava na escola, no entanto, analfabetas. Esse documento demonstrou o fracasso da escola pública cearense em sua função básica: a alfabetização de seus alunos.

Em decorrência da grave situação da realidade educacional cearense, foi então criado, em 2004, o Comitê Cearense pela Eliminação do Analfabetismo Escolar: trabalho coordenado pela Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em parceria com o UNICEF, a UNDIME-CE, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação (INEP/MEC) e a Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará (SE-DUC-CE). Destaque-se, ainda, que a concepção do processo de avaliação, a realização dos trabalhos de campo

Nacionais, os currículos estaduais, além dos livros didáticos no cotidiano escolar, reúne apenas 4,8% dos estudantes em Língua Portuguesa (incluindo 0,4% que se encontram no estágio avançado) [...] Em uma leitura rigorosa, pode-se afirmar que quase 59% dos alunos brasileiros de 4ª série do Ensino Fundamental têm profundas deficiências no quesito leitura [...] Foram classificados em estágio muito crítico e crítico [...]” (BRASIL, 2003).



e a análise dos resultados foram conduzidas por especialistas de todas as universidades cearenses: Universidade Federal do Ceará (UFC), Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Universidade Estadual do Ceará (UECE), Universidade Estadual do Vale do Acaraú (UVA) e Universidade Regional do Cariri (URCA). Parlamentares, educadores e técnicos analisaram e avaliaram a situação da educação pública cearense com o objetivo de apresentar soluções para mudar esse quadro e garantir a qualidade do ensino e aprendizagem das crianças (CEARÁ, 2006).

Para atingir seu propósito, o Comitê adotou três caminhos: i) a mobilização social, com reuniões, seminários e audiências públicas na capital e em todos os municípios cearenses; ii) a investigação das realidades locais, para a verificação das habilidades em leitura e escrita dos alunos que cursavam o 2º ano do Ensino Fundamental e iii) o modo como as Secretarias Municipais de Educação e as escolas públicas lidavam com a alfabetização e a qualidade da formação do professor alfabetizador nas Instituições de Ensino Superior (IES) do Ceará para enfrentar os desafios e a responsabilidade de ensinar as crianças a ler e escrever.

No Relatório Final do comitê (CEARÁ, 2006), constam resultados de três pesquisas e, principalmente, recomendações práticas e objetivas – dirigidas a políticos, órgãos estaduais e federais, universidades, diretores, coordenadores, professores, pais e alunos – para que o analfabetismo nas escolas públicas do Ceará possa ser suprimido. Os resultados do diagnóstico do nível de alfabetização das crianças matriculadas na 2ª série do Ensino Fundamental revelaram uma situação extremamente preocupante: apenas 20% dos alunos conseguiram ler fluentemente um pequeno texto; 15% dos alunos apresentaram um nível de compreensão desejado (MARQUES et al., 2006).



A revelação da real situação do processo de alfabetização ao final da 2ª série, embora não tenha sido uma surpresa diante dos resultados já conhecidos ao final da 4ª série, provocou grandes discussões a respeito das políticas públicas que poderiam ser adotadas para garantir melhor qualidade da educação no estado do Ceará, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Uma vez finalizado, todo esse esforço realizado pelas diversas entidades envolvidas com a educação determinou a mobilização por uma educação de qualidade, direito incondicional dispensado às crianças, de acordo com preceitos da “Escola de Qualidade para Todos”, conforme apregoam os documentos oficiais do Estado brasileiro: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB Nº 9394/96) (BRASIL, 1996), Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (BRASIL, 1997) e Plano Nacional de Educação (BRASIL, 2001).

A partir daí, com a institucionalização do PAIC, em 2005, os prefeitos de 60 municípios assinaram o pacto de cooperação, concordando em participar do programa. O primeiro ano do PAIC foi caracterizado pelas ações das Secretarias Municipais de Educação visando ao conhecimento da realidade de cada um dos alunos matriculados na 2ª série do Ensino Fundamental. O resultado da avaliação das competências relacionadas à escrita de texto, realizada no final do primeiro semestre de 2006, revelou que apenas 38% dos alunos conseguiram produzir um texto e que apenas 40% dos alunos leram o texto apresentado. Mais grave ainda foi perceber que 18% dos alunos que leram o texto não o compreenderam (MARQUES, AGUIAR; CAMPOS, 2007). Mais uma vez, ficou evidente que as deficiências no processo de alfabetização das crianças estavam presentes não somente nesses municípios avaliados, mas na grande maioria dos municípios cearenses.



No início de 2007, o Governo do Estado do Ceará, através da Secretaria de Educação, assumiu a coordenação geral do PAIC, que passou a fazer parte da política de educação do estado do Ceará, possibilitando a sua expansão a todos os municípios do estado. O resultado desse esforço ficou evidente no dia 24 de maio de 2007, quando foi realizada uma solenidade de relançamento do programa, em que todos os 184 municípios cearenses assumiram publicamente um pacto de cooperação em busca da superação das dificuldades de aprendizagem dos estudantes das escolas públicas.

O PAIC apresenta como meta alfabetizar, no período de 2007 a 2010, todas as crianças da rede pública de ensino do Ceará até sete anos de idade. Objetiva, para tanto, amparar os municípios no que se refere ao ensino da leitura e escrita durante os primeiros anos de escolarização, mediante cinco eixos de trabalho: i) Educação Infantil; ii) gestão pedagógica de alfabetização; iii) formação do leitor; iv) gestão municipal de educação e v) avaliação externa.

O eixo da *Educação Infantil* intenciona assessorar a construção da Política Municipal de Educação Infantil, com o intuito de promover e assegurar o bem estar das crianças de 0 a 6 anos em seu desenvolvimento, ampliando sua experiências e conhecimentos de acordo com seus interesses e necessidades. Outrossim, essa política visa, do mesmo modo, à promoção do bem estar das famílias dessas crianças, bem como a qualificação de seus professores no desempenho de suas funções.

Na *gestão pedagógica de alfabetização*, o objetivo reside em inaugurar e implementar propostas pedagógicas eficientes, eliminar o analfabetismo nos anos iniciais do Ensino Fundamental, viabilizar a formação docente continuada e propiciar estratégias para que a família participe desse processo.



Por meio do eixo *leitura infantil e formação do leitor*, o PAIC tem como meta desenvolver uma política de formação de leitores, oferecendo oportunidades de acesso à literatura infantil, bem como à aquisição e distribuição de livros, no sentido de despertar o interesse e o gosto pela leitura e escrita.

A *gestão municipal da educação* tem por finalidade o fortalecimento institucional dos municípios, a formação gerencial das equipes técnicas e consultoria para elaboração de projetos referentes à melhoria da aprendizagem do aluno, por exemplo.

O grande desafio do eixo de *avaliação* é promover autonomia e capacidade técnica às equipes municipais para que possam conduzir suas avaliações no processo de alfabetização das crianças e analisar os resultados a fim de intervir significativamente. O trabalho se encaminha com base nos resultados de avaliações externas e censitárias, desenvolvidas por agentes externos à escola, conduzida pela Secretaria de Educação do Município, objetivando diagnosticar a realidade dos municípios, escolas, turmas e alunos. Essa avaliação subsidia as Secretarias de Educação dos Municípios no conhecimento de sua realidade educacional, com vistas a intervenções adequadas aos problemas de aprendizagem identificados.

Assim sendo, a proposta de atuação do PAIC prioriza o desenvolvimento de competência e autonomia em cada uma das Secretarias Municipais de Educação nos cinco eixos de atuação apresentados. As diversas ações que estão sendo promovidas pelo PAIC ocorrem mediante assessoria de equipes constituídas por professores, alunos de pós-graduação e graduação da UFC, contando com a participação de técnicos da SEDUC.

Mesmo estando organizado em eixos de atuação, as ações dos eixos devem estar associadas. Por exem-



plô, os resultados das avaliações são organizados para serem compreendidos tanto pelos professores quanto pelos supervisores e diretores das escolas, que participam em diversos seminários e oficinas. Além disso, as intervenções pedagógicas do PAIC são planejadas de acordo com os resultados da avaliação diagnóstica do nível de leitura e escrita dos alunos. Por conseguinte, após as mediações apropriadas, cumpre a efetivação de nova avaliação externa a fim de se observar a evolução da aprendizagem dos alunos e a adequação das intervenções.

Proposta Pedagógica do Eixo de Alfabetização do PAIC

Após análise dos documentos relacionados ao eixo de gestão da alfabetização, foi possível identificar quatro marcos teóricos fundamentam e justificam a proposta do PAIC de alfabetizar letrando: i) sócio-interacionismo; ii) psicogênese da língua; iii) lingüística e iv) a didática como práxis pedagógica (CEARÁ, 2008).

O *referencial sócio-interacionista* constitui o marco epistemológico eleito para essa proposta porque adota, de maneira clara, uma concepção de aluno capaz de aprender nas interações estabelecidas com o objeto de conhecimento e nas mediações efetuadas por pessoas mais experientes. Convém assinalar que esse referencial teórico se baseia nos pressupostos de seus principais expoentes – Vygostsky, Piaget e Wallon - para quem a aprendizagem decorre da interação entre sujeito, objeto e meio sociocultural.

A *psicogênese da língua escrita*, na mesma linha, elucida que a criança é um ser ativo na apropriação da língua da escrita, elaborando e reelaborando hipóteses,



escrevendo, desse modo, de acordo com as limitações e possibilidades dessas suposições. No que se refere às contribuições da *lingüística*, o professor precisa considerar a relação entre oralidade e escrita, assim como as características do princípio alfabético de escrita.

Além dos estudos sobre a língua, realizados pela *lingüística*, o professor deve ser sensível às reais necessidades dos alunos, tendo a *didática como práxis pedagógica* e assim adequando as diversas estratégias de ensino aos estágios cognitivos e conceituais de aprendizagem dos alunos.

Sabendo da realidade do estado do Ceará, onde há um número muito grande de analfabetos nas escolas públicas, é urgente encontrar caminhos para uma mudança significativa dessa situação. Para isso, é necessário que o professor entenda como o aluno aprende, quais são as etapas que ele percorre no processo de alfabetização, para adequar suas intervenções às suas necessidades imediatas.

A Psicogênese da Língua Escrita

Teberosky e Cardoso (1990) e Ferreiro (1990) demonstram que a criança escreve de acordo com suas próprias hipóteses, desenvolvidas à medida que estabelece contato com material escrito e com pessoas que a auxiliam na interpretação desse material.

Durante seu aprendizado, a criança desenvolve os seguintes níveis de escrita, em conformidade com as hipóteses por ela construídas: i) pré-silábico, ii) silábico e iii) alfabético. No nível pré-silábico, a criança percebe a diferença entre escrita e grafismo, mas ainda não entende que a escrita representa a fala.



Assim sendo, nessa fase,

A interpretação da escrita é subjetiva, a criança representa as palavras de modo pessoal e não estabelece a correspondência sonora entre grafemas e fonemas, isto é, a sua escrita não apresenta nenhum tipo de correspondência sonora. Escrever é reproduzir letras ou marcas gráficas que a criança concebe como escrita (SIMONETTI, 2005, p. 32).

No nível silábico, a criança já consegue estabelecer correspondência fonográfica, estabelecendo um signo, inicialmente de forma aleatória, para cada sílaba pronunciada.

Nessa perspectiva,

A criança, ao perceber a sílaba como segmento da fala, acredita que cada letra a representa graficamente. Então ao escrever *elefante*, grafa quatro letras, como E, L, F e T. Nessa hipótese, a criança pode escrever ainda sem fazer corresponder letra e som; por exemplo, se ela se chama Marcelo, poderá escrever *elefante* com quatro letras do seu nome (MENDES, 2005, p.4).

Ao construir a hipótese silábica, a criança vai percebendo que, quando fala, as palavras possuem unidades menores que as sílabas: os fonemas. Desse modo, evolui para o nível alfabético: percebe diferenças entre os fonemas, mas não em todos, como exemplifica Mendes (2005): “O R no final das palavras ou os sons nasalizados são menos evidentes e, por isso, são mais dificilmente percebidos. Se o professor pede ao aluno para escrever a palavra *amor*, ele pode escrever AMO e ler *amor*” (p. 4).

Portanto, torna-se mister que a criança esteja constantemente em contato com materiais escritos diversificados. A escola pode e deve intervir nesse processo de



alfabetização quando, ampliando as possibilidades de comunicação e expressão, estimula a oralidade infantil a partir do relato de suas experiências; investe na exploração de diferentes gêneros textuais; incentiva a escrita espontânea e proporciona aos alunos conhecimentos acerca das peculiaridades do princípio alfabético.

Diante dessa necessidade pedagógica e considerando que os alfabetizandos estão inseridos numa sociedade letrada, não se pode excluir o aluno da possibilidade de ter contato com textos escritos e formular hipóteses sobre a sua utilidade e seu funcionamento: a ação pedagógica deve contemplar, de maneira articulada, os preceitos básicos do sistema alfabético de escrita e as possibilidades interativas com a função social da escrita.

Alfabetização e Letramento

De acordo com os estudos sobre a ciência da linguagem (SOARES, 2005a; TEBEROSKY; CARDOSO, 1990), para alfabetizar letrando, é necessário correlacionar oralidade e escrita. Como requisito, deve-se investir, portanto, na formação do professor alfabetizador, com suas devidas especificidades.

Conforme argumenta Soares (2005a),

[...] tudo o que nos foi dito nos permite concluir que a formação do alfabetizador - que ainda não se tem feito sistematicamente no Brasil - tem uma grande especificidade, e exige uma preparação do professor que o leve a compreender todas as facetas (psicológica, psicolinguística, sociolinguística e linguística) e todos os condicionantes (sociais, culturais, políticos) do processo de



alfabetização, que o leve a saber operacionalizar essas diversas facetas (sem desprezar seus condicionantes) em métodos e procedimentos de alfabetização, em elaboração e uso de adequados materiais didáticos, e, sobretudo, que o leve a assumir uma postura política diante das implicações ideológicas do significado e do papel atribuído à alfabetização (p. 24).

Alfabetizar, segundo o dicionário Aurélio (FERREIRA, 2001), significa: “[...] ensinar a ler e escrever” (p. 37). Letramento é um termo mais recente, que denota a “[...] condição de quem não apenas sabe ler e escrever, mas cultiva e exerce as práticas sociais que usam a escrita” (SOARES, 2005b, p. 47). O objetivo do letramento, na escola, “[...] é possibilitar aos alunos, práticas de leitura e de escrita com sentido e significado” (CEARÁ, 2008, p. 22). De acordo com Soares (2003) citada por Simonetti (CEARÁ, 2008, p. 22), o conceito de letramento foi elaborado por volta dos anos 1980, mas, somente em 2001, o dicionário Houaiss (2003) fez referência ao termo.

Para Ferreira (1990), esse dois termos apresentam a mesma significação. Já Soares (2005b) acredita que a síntese desses conceitos pode ocultar a alfabetização: alfabetizar passa a ser letrar, podendo gerar a ausência de atividades específicas de alfabetização e a negação de métodos para esse propósito, deixando a aprendizagem à mercê do espontaneísmo.

No entanto, alfabetizar e letrar se mostram como condutas simultâneas e indissociáveis:

Dissociar alfabetização e letramento é um equívoco porque, no quadro das atuais concepções psicológicas, linguísticas e psicolinguísticas de leitura e escrita, a entrada da criança (e também do adulto analfabeto) no mundo da escrita se dá



simultaneamente por esses dois processos: pela aquisição do sistema convencional de escrita – a alfabetização, e pelo desenvolvimento de habilidades de uso desse sistema em atividades de leitura e escrita, nas práticas sociais que envolvem a língua escrita – o letramento. Não são processos independentes, mas interdependentes e indissociáveis: a alfabetização se desenvolve no contexto de e por meio de práticas sociais de leitura e escrita, isto é, através de letramento, e este, por sua vez, só pode desenvolver-se no contexto da e por meio da aprendizagem das relações fonema-grafema, isto é, em dependência da alfabetização (SOARES, 2003, p. 12 apud CEARÁ, 2008 p. 23).

Assim sendo, embora um ambiente alfabetizador seja de suma importância para que uma criança se alfabetize, não é o bastante; é necessário que o professor focalize a atenção da criança para a especificidade da aquisição da escrita como processo de alfabetização.

Em sociedades grafocêntricas, antes mesmo de ingressar na escola, a criança é considerada letrada, pois são muitos os usos sociais da escrita e suas competências. Quando pega um livro e gesticula como se estivesse lendo, muitas vezes, contando uma história a partir dos desenhos oferecidos pelo texto, está fazendo uso social daquele material: apesar de não saber ler, é uma criança letrada. Existem níveis de letramento e, à medida que acontecem as intervenções, esses níveis podem mudar e avançar. Para Cavalcante Júnior (2003), as formas de letramento são tantas quantas as disponibilidades do contexto cultural. Além de inserir a criança no mundo da escrita, convém inseri-las também no universo da música, das artes e da dança.

Com base em um nível prévio de letramento, a criança demonstra condições para alfabetizar-se atra-



vés da compreensão e apropriação do sistema alfabético, momento em que aprende como esse sistema funciona e quais são suas convenções, compreende a relação entre fonema e grafema, desvendando, por fim, o segredo do princípio alfabético de escrita.

A possibilidade de alfabetizar letrando é um desafio possível de realizar:

[...] aconteceu, por exemplo, em Cuba: quando houve ali a revolução e independência, no início dos anos 60, Fez-se no país uma campanha de alfabetização intensa, que realmente alfabetizou toda a população em pouco tempo; mas não se fez só isso, produziram-se materiais de leitura que eram levados aos mais longínquos rincões do país, qualquer pequena povoação recebia livros para dar continuidade à campanha de alfabetização. O povo tornou-se alfabetizado e letrado (SOARES, 2005b, p. 59).

Na atualidade, os conceitos de alfabetização e letramento ainda se confundem. E é nessa perspectiva de síntese que o PAIC está embasado: é preciso não só alfabetizar, nem somente letrar, e sim alfabetizar letrando.

Conclusão

Desde o ano de 2004, o Estado do Ceará tem atuado de forma bastante inovadora na área da alfabetização de seus alunos matriculados nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os resultados do nível de alfabetização em 2004 e em 2006 mostraram ser necessária a construção de uma política de alfabetização para todos os municípios cearenses. Ficou bastante claro ser preciso rever o processo de ensino e aprendizagem de leitura e escrita



dos alunos das escolas públicas do estado do Ceará. Foi exatamente dentro desse contexto que o PAIC nasceu com o autêntico propósito de eliminar o analfabetismo escolar.

A análise da proposta de atuação do eixo de alfabetização do PAIC mostrou que as ações estão embasadas na perspectiva de que é preciso não só alfabetizar, nem somente letrar, mas alfabetizar letrando. De fato, quatro marcos teóricos fundamentam e justificam a proposta de alfabetização do PAIC: sócio-interacionismo, psicogênese da língua, lingüística e a didática como práxis pedagógica.

Importa recordar, ainda, que outros aspectos, além dos educacionais, devem ser considerados, como os fatores políticos e econômicos que influenciam a aprendizagem do aluno. Por exemplo, faz-se necessária a promoção de condições socioeconômicas que assegurem o envolvimento das classes menos favorecidas nesse processo. Desse modo, são igualmente relevantes campanhas e programas de alfabetização que favoreçam a difusão da leitura e escrita e proporcionem formação docente adequada. É exatamente dentro dessa perspectiva que o PAIC está inserido, com a organização de ações integradas visando ao desenvolvimento de autonomia e competência técnica e pedagógica das Secretarias Municipais de Educação, que possibilitem a alfabetização de todas as crianças matriculadas ao final do 2º ano do Ensino Fundamental.

Diante do exposto, a escola pública deve se consolidar como um espaço efetivo de construção de conhecimento, em que as habilidades de leitura e escrita permitam inserir o aluno numa proposta de educação voltada para a cidadania e introduzi-lo aos mais ricos e diversificados saberes.



Referências

BRASIL. **Primeiros resultados:** médias de desempenho do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)/2005 em perspectiva comparada. Brasília, Ministério da Educação, 2007.

_____. **Uma nova leitura do desempenho dos estudantes da 4ª Série.** Brasília, Ministério da Educação, 2003.

_____. **Relatório síntese de divulgação dos resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)/2001.** Brasília, Ministério da Educação, 2002.

_____. **Plano Nacional de Educação.** Lei nº. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LEIS_2001/L10172.htm>. Acesso em: 08 out. 2003.

_____. **Relatório dos resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB)/1999.** Brasília, Ministério da Educação, 2000.

_____. **Parâmetros curriculares nacionais: 1ª a 4ª séries.** Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

_____. **Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Brasília: MEC, 1996. Disponível em: <www.mec.gov.br>; <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em 02 mai. 2008.

CAVALCANTE JUNIOR, Francisco Silva. **Por uma escola de sujeito:** o método (com)texto de letramentos múltiplos. 2 ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2003.

CEARÁ. **Proposta didática para alfabetizar letrando.** Organizadora: Amália Simonetti. Secretaria de Educação. Fortaleza: SEDUC-CE, 2008.

_____. **Educação de qualidade começando pelo começo:** relatório final do comitê cearense para a eliminação



do analfabetismo escolar. Organizadores: Rui Rodrigues Aguiar; Ivo Ferreira Gomes; Márcia Oliveira Cavalcante Campos. Assembléia legislativa do Estado. Fortaleza. Assembléia legislativa do Ceará, 2006.

HOUAISS, A. **Dicionário Houaiss de sinônimos e antônimos da Língua Portuguesa**. 1. ed., Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini-aurélio século XXI: o minidicionário da língua portuguesa**. 5. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

FERREIRO, Emília. Reflexões sobre alfabetização. 16. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

MARQUES, C. A.; CAMPOS, M. O. O.; AGUIAR, R. R.; BENFATTI, X. D.; LIMA, E. L. Qual o nível de alfabetização das crianças do Ceará? In: AGUIAR, R. R.; GOMES, I. F.; CAMPOS, M. O. C. (Orgs.). **Relatório Final do Comitê Cearense para a Eliminação do Analfabetismo Escolar: Educação de qualidade começando pelo começo**. Fortaleza: Assembléia Legislativa do Ceará, 2006. 206p.

MARQUES, C. A.; AGUIAR, R. R.; CAMPOS, M. O. C. Programa Alfabetização na Idade Certa: concepções, primeiros resultados e perspectivas. In: REUNIÃO DA ABAVE, III: CONTRIBUIÇÃO DAS AVALIAÇÕES PARA A QUALIDADE DO ENSINO BÁSICO E SUPERIOR. **Anais**. 2007.

MENDES, Conrado. Psicogênese da escrita. **Letra A: o jornal do alfabetizador**, Local de publicação, ano 1, n. 3, p. 2-16, ago./set. 2005.

SIMONETTI, Amália. **O desafio de alfabetizar e letrar**. Fortaleza: Edições Livro Técnico, 2005.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2005a.



_____. **Letramento:** um tema em três gêneros. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005b.

TEBEROSKY, Ana; CARDOSO, Beatriz. (Orgs.). **Reflexões sobre o ensino da leitura e da escrita.** Tradução de Beatriz Cardoso. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990.